

**APCEF/SP - ASSOCIAÇÃO DE PESSOAL DA CAIXA
ECONÔMICA FEDERAL
SÃO PAULO**

CONSELHO DELIBERATIVO

**ATA DA REUNIÃO REALIZADA EM 20.10.2017
EM CONJUNTO COM A DIRETORIA**

Pauta:

1. Informes:

- 1.1 Administrativos;**
- 1.2 FUNCEF;**
- 1.3 Saúde Caixa.**

2. Criação De Rodas de Leitura para empregados da ativa e aposentados;

3. Cotidiano Caixa: Defesa da Caixa.

Constatado o quórum regimental, assumiu a Presidência da mesa, em virtude da ausência do titular, o Vice-Presidente do Conselho Deliberativo **Sérgio Hideo Kaneko**. Contando com a presença dos **Conselheiros (as)** do Conselho Deliberativo: Jair Marciéri Pimpinato, Ana Beatriz Lucato Cianflone, Edson Aparecido de Carvalho Junior, Laercio Rosa da Silva, Maria Cristina Rodrigues Bojar, Maricy Yolanda Callegari Defavari, Evanildo Pereira de Souza, Sérgio Soares da Costa, Normando Kleber Xavier Alves, Silas Henrique da Silva, Daniel Cortinhas, Vinicius de Oliveira, Benedito Pereira de Matos, Antônia Pinheiro, Carlos Eduardo Bighetti de Oliveira, Gilberto Macedo, Leandro Tadashi Abe, Thiago de Oliveira Mendonça, Carlos Alberto da Fonseca, Dinilza Nascimento Correia, Marcelo Lopes de Lima, Sonia Maria Siqueira da Silva Oliveira, Laercio da Silva Pereira, Odineide Gaspar da Silva, Leandro de Oliveira Novaes, José Roberto Batista Ferreira, James Tadeu Batalha de Góes, Tiago Oliveira do Livramento, Haydée Alves Martignoni, Diogo Portugal Pudles, Sérgio Rodrigues, dos **Diretores (as)**: Ivanilde Moreira de Miranda, Leonardo dos Santos Quadros, Edvaldo Rodrigues da Silva. Carlos Augusto Silva, Renato Fernandes, Glauber Noccioli de Souza, Claudia Fumiko Tomé, Elza Vergopolem, da **Superintendente** Vanice Rodrigues Carvalho, do **Assessor Sindical** Marcos de Castro e do empregado aposentado Caixa, ex-Presidente da APCEF/SP, atualmente economista da subseção FENAE/APCEF **Valmir Gongora**.

Na sequência, o Sr. Vice-Presidente do Conselho Deliberativo solicitou que fosse votada a Ata da Reunião anterior (realizada em 05 de agosto de 2017), sendo aprovada por unanimidade.

Dando prosseguimento, registrando a presença dos Diretores que participarão de parte da reunião, passamos a abordar os itens da pauta.

1.1 Informes Administrativos

A Sra. **Vanice Rodrigues Carvalho**, Superintendente da APCEF/SP enunciou os eventos programados para os meses outubro e novembro:

21/10/2017 – Premiação do concurso de desenho no Cinemark;
22/10/2017 – Início da Copa José Felix, no clube;
22/10/2017 – Excursão para Petrópolis, RJ;
24/10/2017 – Reservas para o período de 22 a 28/1, em Suarão e Ubatuba;
24/10/2017 – Encontro em defesa da FUNCEF, na Agência Limeira e CICOC Piracicaba;
25/10/2017 – Encontro em defesa da FUNCEF, na Agência Piracicaba, na GIHAB Piracicaba e na Agência Rio Claro;
26/10/2017 – Encontro em defesa da FUNCEF em Jundiaí (Sindicato dos Bancários, CICOC e SR);
28/10/2017 – Encontro da diversidade, no clube;
31/10/2017 – Reservas para o período de 29/1 e 4/2, em Suarão e Ubatuba;
11/11/2017 – Passeio de Maria Fumaça, com saída em Guararema;
18/11/2017 – Festa Tropical, na Colônia de Ubatuba;
25/11/2017 – Festa do Havaí, na Colônia de Suarão;
25/11/2017 – Festa do Chope, no clube.

Visita às Unidades da Caixa para divulgação do Movimento Cultural do Pessoal da Caixa (MCPC) que consiste na doação espontânea de valores que serão utilizados em ações e projetos culturais em todo o país, valores esses que poderão ser deduzidos na declaração do imposto de renda (até o limite do IR devido).

Venda do terreno na cidade de Araraquara, consumado em 12 de setembro de 2017 por R\$ 210.000,00 e aquisição de flat, no Bairro Santana nesta Capital por R\$ 125.000,00.

1.2 FUNCEF

Informações a respeito da FUNCEF disponibilizadas pelo Sr. **Valmir Gongora** e pela Sra. **Ivanilde Moreira de Miranda**:

- Aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de outubro de 2017, das ações visando buscar a isenção tributária e a ampliação do limite de dedução das contribuições extraordinárias, do equacionamento do déficit da FUNCEF e assegurar a paridade no plano de equacionamento do REG/Replan não saldado.
- Alguns dados referentes ao balanço 2016 e resultados até junho 2017:

ATIVOS POR SEGMENTO					
Ativo líquido	Dezembro de 2016		Junho de 2017		
Segmento	Em mil R\$	Prop.	Em mil R\$	Prop.	Rentab.
Renda fixa	34.175.706	60,84%	34.728.731	61,0%	4,29%
Renda variável	11.572.915	20,60%	11.906.259	20,9%	3,16%
Investimentos estruturados	2.973.616	5,29%	2.907.785	5,1%	2,96%
Investimentos Imobiliários	5.176.764	9,22%	5.176.266	9,1%	3,76%
Operações com participantes	2.270.529	4,04%	2.217.472	3,9%	5,91%
Outros	3.885	-	(4.833)	-	-
Total do Consolidado	56.173.541		56.931.680		4,00%

RENTABILIDADE E META EM 2016					
Resultado dos Planos – Destaque					
Acima da meta	Renda variável, mercado aberto: 22%				
	Operações com participante: 15,5%				
Abaixo da meta	Renda variável, avaliação econômica (laudo), FIA Carteira Ativa II (Cia Vale): 4,6%				
	Estruturados: FIPs (OAS, Estaleiro, Florestal, Invepar, entre outros: provisão de R\$ 1,6 bilhão				
	Imóveis: 3,27%				

RENTABILIDADE E META – JUNHO DE 2017				
Plano	Taxa de Juros		INPC Acumulado Jan/jun 2017	TMA (*) Período Jan/jun 2017
	Meta para 2017	Período Jan/jun 2017		
REG/Replan Saldado	5,51%	2,72%	1,12%	3,87%
REG/Replan não Saldado	5,56%	2,74%		3,90%
REB	5,41%	2,67%		3,82%
Novo Plano	5,51%	2,72%		3,87%
Novo Plano PMPP	4,31%	2,13%		3,28%

(*) Taxa Mínima Atuarial: resultado de taxa de juros X INPC

DÉFICIT ACUMULADO – JUNHO DE 2017			
Déficit por plano	Acumulado 2016 (a)	Exercício 2017 (b)	Acumulado 2017 (a+b)
REG/Replan Saldado	(10.388.137)	(690.034)	(11.078.171)
REG/Replan não Saldado	(1.908.036)	(51.941)	(1.959.977)
REB	(16.686)	(6.590)	(23.276)
Novo Plano	(121.922)	(4.921)	(126.843)
Novo Plano PMPP (*)	(43.506)	(2.948)	(46.454)
Total	(12.478.287)	(756.434)	(13.234.721)

(*) Grupo de aposentados com pagamentos de responsabilidade da Caixa

DÉFICITS ANTERIORES – EQUACIONAMENTO REG/ REPLAN SALDADO	
Saldado	Contribuição Extraordinária
Equacionamento 2014	2,78%
Equacionamento 2015	7,86%
Total	10,64%
Se assistido (taxa administração)	0,90%
Total	11,54%
Equacionamento 2016	Definido até dezembro/2017 A cobrança se inicia em 2018

DÉFICITS ANTERIORES - EQUACIONAMENTO REG/REPLAN NÃO SALDADO				
Contribuição Extraordinária	Participante Ativo		Patrocinadora	
Faixa de Contribuição	Alíquota	Parcela redutora	Alíquota	Parcela redutora
Até R\$ 2.765,66	2,41%	-	2,00%	-
De R\$ 2.765,67 a R\$ 5.531,30	4,02%	R\$ 44,53	3,33%	R\$ 36,78
Acima de R\$ 5.531,30	11,20%	R\$ 441,67	9,26%	R\$ 364,79
Contribuição extraordinária	Participante assistido		Patrocinadora	
Faixa de contribuição	Alíquota	Parcela redutora	Alíquota	Parcela redutora
Até R\$ 2.765,66	5,05%	-	4,18%	-
De R\$ 2.765,67 a R\$ 5.531,30	8,42	R\$ 93,20	6,96%	R\$ 76,89
Acima de R\$ 5.531,30	23,44%	R\$ 924,00	19,38%	R\$ 763,87

DÉFICITS ANTERIORES - EQUACIONAMENTO REG/REPLAN NÃO SALDADO (exemplo)		
Participante Ativo		
Salário	R\$ 8.925,00	Contribuição (%salario)
Contribuição normal	R\$ 693,72	7,77%
Contribuição extraordinária	R\$ 557,99	6,25%
Normal + extraordinária	R\$ 1.251,71	14,02%

Participante Assistido		
Suplementação (excluído INSS)	R\$ 6.000,00	Contribuição (%salário)
Contribuição normal	R\$ 286,49	4,77%
Contribuição extraordinária	R\$ 482,40	8,04%
Normal + extraordinária	R\$ 768,89	12,81%

EXIGÍVEL CONTINGENCIAL (CONTENCIOSO)	
Contencioso: valores da provisão ante risco de perda em condenações judiciais	
Perda provável	Provisão total, da condenação esperada
Perda possível	Não contabilizada, apenas mencionada nas notas de balanço (50% do valor em risco)

FUNCEF – CONTENCIOSO – PERDA PROVÁVEL E POSSÍVEL – JUNHO/2017					
Perda provável (em mil R\$)	REG/Replan saldado	REG/Replan não saldado	REB	Novo Plano	Consolidado
Previdencial	1.839.061	484.184	59.506	21.479	2.404.230
Investimentos	146.103	15.640	2.057	1.841	165.642
Administrativo (FUNCEF)	-	-	-	-	9.233
Total	1.985.164	499.824	61.563	23.320	2.579.105
Perda possível (em mil R\$)	REG/Replan saldado	REG/Replan não saldado	REB	Novo plano	consolidado
Previdencial	12.075.158	1.660.893	749.947	20.892	14.506.889
Investimentos	677.879	77.315	14.816	32.429	802.439
Administrativo (FUNCEF)	-	-	-	-	1.381
Total	12.753.037	1.738.208	764.763	53.321	15.310.709

Pontos abordados:

- Ativos (bens e direitos) dos planos por segmento;
- Rentabilidade, meta e resultados até junho de 2017;
- Déficit e contencioso;

Fonte: FUNCEF

Elaboração: DIEESE Subseção APCEF/SP

1.3 Saúde CAIXA

A Diretora **Ivanilde Moreira de Miranda** em sua apresentação enfatizou que o modelo atual do Saúde Caixa, vigente desde 2004 vem se mantendo superavitário; não obstante, a Caixa vem tentando alterá-lo alegando não haver sustentabilidade do plano. No final de janeiro de 2017, a Caixa implementou modificações no plano, porém de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho, assinada em 2016 com validade até agosto de 2018, a FENAE juntamente com a CONTRAF obteve liminar barrando as alterações. Foi marcada para o dia 23 de janeiro de 2018 o julgamento da ação.

O Governo quer modificar o modelo de custeio do Saúde Caixa, principalmente nos seguintes tópicos, limitando os gastos da patrocinadora:

Despesas Assistenciais – participação de no máximo 50%;

Despesas Administrativas/Operacionais – participação de no máximo 50%;

Limite de Gastos – até 8% da folha de pagamento;

Mensalidade - instituição de tabela, de acordo com a faixa etária;

Dependentes Indiretos – filhos (as) até 24 anos, se estudante; exclusão de pais, mesmo que não tenham rendimento;

Prazo de Carência – passará a existir;

Acordo Coletivo de Trabalho – só haverá menção assegurando direito ao plano;

Acompanhamento – não haverá, hoje é feito pelo Conselho de Usuários.

Uma questão levantada pela Conselheira **Antônia Pinheiro** diz respeito ao casal empregado Caixa que utiliza o mesmo plano, normalmente o do possuidor de maior renda; se vierem a se separar, o dependente fica prejudicado em relação ao Saúde Caixa. É válido o registro.

2. Criação de Rodas de Leitura para empregados da ativa e aposentados

A Conselheira **Antônia Pinheiro** sugeriu a criação de Rodas de Leitura, atividade pedagógica cultural com o objetivo de fomentar a prática da leitura, de valorizar a leitura como uma fonte de prazer e entretenimento, incrementando variadas interpretações, compartilhando opiniões, ideias e preferências acerca dos textos lidos.

A sugestão da Conselheira será encaminhada à Diretoria da APCEF/SP para avaliação e acreditamos, viável implementação.

Moções

Foram aprovadas as seguintes moções:

Apresentada pelo Conselheiro **Sérgio Hideo Kaneko**:

MOÇÃO DE REPÚDIO CONTRA A PROPOSTA DE RETIRADA DO TÍTULO DE PATRONO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA CONFERIDA AO EDUCADOR PAULO FREIRE

Nós, membros do Conselho Deliberativo da APCEF/SP em reunião realizada em 20 de outubro de 2017, repudiamos a Proposta Legislativa apresentada no Senado por uma estudante apoiadora da Escola Sem Partido, com a finalidade de revogar a Lei nº 12.612 de 03.04.2012, que concedeu o título de Patrono da Educação Brasileira ao educador Paulo Freire.

Após alcançar 21.112 apoios essa Ideia Legislativa foi transformada em Sugestão Nº 47 de 2017 que está em consulta pública e em tramitação na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Paulo Freire, filósofo generoso e coerente, é o pensador brasileiro mais reconhecido no mundo, sendo considerado um dos maiores educadores da História. Entre inúmeras honrarias, foi laureado com 41 títulos de Doutor Honoris Causa de Universidades distribuídas por todo o mundo, sendo professor Emérito de 5 Universidades, incluindo a Universidade de São Paulo. Também foi agraciado com diversos títulos da Comunidade Internacional, como o prêmio da Unesco de Educação para a Paz, concedido em 1986.

Criador de uma pedagogia viva, sua produção teórica e leitura de mundo, alimentaram sua prática cidadã e política e por elas foram alimentadas. Concebeu a educação como apropriação da cultura e teorizou uma prática pedagógica alicerçada na conscientização dos cidadãos e das cidadãs por meio do diálogo entre o educador e o educando.

Dedicada à emancipação plena de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, a teoria freireana busca a construção de um mundo mais humanizado, afirmando que é preciso que todas e todos aprendam a ler o universo e as palavras, ampliando os repertórios, desenvolvendo o senso crítico, a autonomia intelectual e a solidariedade.

A direita raivosa da Escola Sem Partido, faz campanha para a retirada da justa e merecida homenagem concedida pelo povo brasileiro, a um de seus mais ilustres filhos. Esse atentado contra sua memória e legado, deve ser duramente combatido pela sociedade. Tamanho retrocesso não deve ser tolerado.

Apresentadas pelo Conselheiro **Sérgio Soares da Costa**:

MOÇÃO DE REPÚDIO AO “FARINATA”

Nós, membros do Conselho Deliberativo da APCEF/SP, em reunião realizada em 20 de outubro de 2017, repudiamos a pretensa utilização, dentro do programa municipal “Alimentação para Todos” do composto denominado “Farinata” que consiste na transformação de alimentos, frutas, vegetais quando muito próximos do vencimento ou que estejam fora do padrão de comercialização em produto similar a farinha, destinado a consumo humano.

O Prefeito João Doria que anunciou a distribuição do composto nas escolas Municipais, recuou da proposta, embora continue com o firme propósito de implementá-la junto à população em situação de rua.

Devido à falta de transparência, o programa se tornou alvo de investigação do Ministério Público de São Paulo e solicitação de explicações pela Câmara Municipal.

MOÇÃO DE REPÚDIO Á PORTARIA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO

Nós, membros do Conselho Deliberativo da APCEF/SP, em reunião realizada em 20 de outubro de 2017, declaramos voto de repúdio à Portaria do Ministério do Trabalho que modifica as regras de combate e fiscalização do trabalho escravo.

A Portaria alterou os conceitos, a serem usados pelos fiscais para identificar casos de trabalho em condições análogas à escravidão, e passou a exigir dos fiscais a apresentação de boletim de ocorrência junto de seu relatório.

O texto tem sido alvo de críticas tanto de entidades defensoras dos direitos dos trabalhadores bem como da Procuradoria Geral da República.

O Supremo Tribunal Federal, em caráter de liminar, suspendeu os efeitos da Portaria do Ministério do Trabalho até o julgamento do mérito pela Suprema Corte.

MOÇÃO DE REPÚDIO Á ABSOLVIÇÃO DO SENADOR AECIO NEVES

Nós, membros do Conselho Deliberativo da APCEF/SP, em reunião realizada em 20 de outubro de 2017, repudiamos a maneira com que foi conduzido o processo para que o Senador Aécio Neves preservasse o seu mandato, após ter sido denunciado por crime de corrupção passiva e obstrução da Justiça.

A Procuradoria Geral da República pediu sua prisão e seu afastamento do mandato. A 1º Turma do Supremo rejeitou o pedido de prisão, mas determinou o afastamento do mandato bem como o recolhimento noturno, a proibição de se manter contato com outros investigados e a entrega de seu passaporte.

Em causa própria, o Senado Federal indo contra a decisão do STF derrubou as medidas cautelares imposta pelo Supremo, devolvendo os poderes do mandato.

Os acovardamentos do Supremo aliado ao casuísmo do Senado salvaram o Aécio.

MOÇÃO DE REPÚDIO CONTRA A TRANSFORMAÇÃO DA CAIXA EM S/A

Nós, membros do Conselho Deliberativo da APCEF/SP, em reunião realizada em 20 de outubro de 2017, repudiamos veementemente o propósito do Governo Temer em alterar o Estatuto da Caixa e sua transformação em S/A, que tem por objetivo final o processo de abertura de capital do banco. Com a abertura de capital, vários dos mais importantes programas sociais tendem a diminuir ou mesmo desaparecer já que o único interesse dos acionistas é o lucro.

Com o enfraquecimento da Caixa, patrocinado pelo governo golpista, que conta com a imprensa aliada, a opinião pública se volta contra o banco, abrindo as portas para a privatização.

O Projeto de Lei Nº 555 que trata do Estatuto das Estatais, não prevê a abertura de capital na Caixa, e também uma mudança dessa natureza teria que passar necessariamente pelo Congresso.

Cabe a nós, organizarmos ações em defesa da Caixa como Audiências Públicas, através de informes, por meio de cartilhas, participando de protestos, buscando também atrair para a nossa luta a sociedade civil, beneficiária de inúmeros programas sociais.

3.Cotidiano Caixa: Defesa da Caixa

Marcos de Castro – Ultimamente não temos recebido boas notícias, quase que diariamente somos bombardeados com notícias nada animadoras, ora com fechamento de unidades, ora com modificação de nosso plano de saúde, ora com alteração no Estatuto da empresa. No último dia 18 de outubro, em reunião do Conselho de Administração estava prevista a votação da proposta que altera o Estatuto da Caixa e, devido à grande mobilização dos empregados, foi adiada. As atividades em defesa da Caixa e dos bancos públicos estão sendo intensificadas através de audiências públicas nas diversas Câmaras Municipais, envio de e-mail aos políticos, atos nas ruas, conscientização dos empregados, trabalho junto à população para que apoie nossa luta. As atividades, visando o fechamento da agência Jardim Camargo Novo, também contando com o apoio de população, só nos fortalece.

Antônia Pinheiro – a respeito da fusão Caixa/Banco do Brasil, lembrou que em Brasília o processamento de dados das duas instituições já funciona num mesmo edifício.

Marcelo Lopes de Lima – Dentre as propostas para o Estatuto, uma que se destaca é a transformação da Caixa em sociedade anônima. Podemos prever num futuro próximo a abertura de capital e posteriormente sua privatização. Torna-se imprescindível o envolvimento dos empregados nessa nossa luta que necessita também da participação da população: só o empregado não barra o desmonte da Caixa.

Carlos Eduardo Bighetti de Oliveira – Tudo o que está sendo feito para a defesa da Caixa é válido. Também é válido a convocação de assembleia (ou encontro) para mostrar aos empregados a real situação e ampliar o debate.

Sérgio Soares da Costa – Em outros tempos de crise, era possível a união dos empregados para defender nossos direitos: quase sempre lográvamos êxito. Hoje nota-se a prática do individualismo, incentivado muitas vezes pela própria empresa: o empregado está disputando com o colega numa contenda em que todos perdem. A solução só virá com a união, com a eliminação dessa divisão que nos prejudica.

Laercio da Silva Pereira – Sempre tivemos que defender a empresa, devemos parar com lamentações e acabar com ações de entidades que passam a ideia de cada um por si. No Governo Dilma foi aventada a possibilidade de abertura de capital. Geddel foi Ministro no Governo Lula. As atuais manifestações são insuficientes, os empregados não estão envolvidos, faltam nas entidades uma maior disposição de luta.

Vinicius de Oliveira – Discorreu sobre a plenária nacional realizada pelos metalúrgicos em 29 de setembro de 2017, que teve a participação de trabalhadores de diversas categorias e defendeu a participação dos bancários, no dia nacional de luta confirmado para o dia 10 de novembro de 2017. Propôs a realização de reuniões ou plenárias e a convocação pelo Sindicato de uma Assembleia Deliberativa, visando a participação dos bancários nesse dia de luta, através de paralisações ou mesmo retardamento na abertura das agências.

Gilberto Macedo – A unidade na luta é fundamental para se preservar o coletivo, pelo bem comum, não se pautando pelas cores ideológicas e sim para lutar pelos empregados indistintamente. Além de paralisações, algumas outras medidas como elaboração de cartilhas, ações pontuais durante o horário de expediente, agregando principalmente o cliente em defesa do banco público.

Odineide Gaspar da Silva – Devido à situação existente nas unidades, torna-se mais difícil a discussão no ambiente de trabalho. Dessa forma uma assembleia ou um encontro estadual seria de muita importância para a mobilização dos empregados. A hora é de união, não é a de procurar culpados. Com o Governo Lula conseguimos alguns avanços, outros não. Atualmente passamos por um momento de perda de direitos, com as reformas implementadas pelo novo governo. Urge uma maior aproximação das entidades, com seus membros através de encontros e assembleias.

Marcos de Castro – Toda e qualquer deliberação para se chamar assembleias, passa necessariamente pelo comando nacional dos empregados, não temos autonomia para tanto; o que podemos é sugerir.

Daniel Cortinhas - As notícias sobre a abertura do capital da Caixa estão na ordem do dia. Diante disso deveríamos unir forças e pressionar para que a PEC 466/2010, que assegura a constituição da Caixa como empresa pública, com controle e capital integralizado exclusivamente pela União Federal, tenha sua tramitação destravada. Atualmente a PEC 466/2010 está parada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal, sendo o responsável pela relatoria Deputado André Moura (PSC-SE).

Laércio da Silva Pereira – O conselheiro apresentou proposta para que fosse aprovada pelo Conselho, proposta essa não constante na pauta da reunião. A mesa, excepcionalmente solicitou aos conselheiros(as) que deliberassem sobre a questão, se seria ou não colocada em votação. A favor da votação da proposta, tivemos 06 (seis) votos. Contra a votação da proposta, tivemos 12 (doze) votos. Registraramos ainda 03 (três) abstenções. Assim sendo, a proposta não foi remetida para votação. Íntegra da proposta não considerada:

“Campanha em defesa da Caixa”:

- Todos acompanhamos a tentativa de o Governo Temer em votar, no Conselho de Administração, a adequação do Estatuto da Caixa à Lei das Estatais para a abertura de capital e privatização;

- Este ataque faz parte do desmonte dos direitos, do patrimônio público e dos serviços sociais;

- Os metalúrgicos votaram uma paralisação nacional para o próximo dia 10 de novembro contra as reformas trabalhistas e previdenciária e pela garantia dos acordos coletivos;

- O Congresso da CSP Conlutas de 15 de agosto de 2017, com a participação de mais de 330 entidades e dois mil participantes votou a incorporação nesse dia nacional de luta;

- Assim, o Conselho Deliberativo da APCEF/SP aprova integrar a entidade neste dia, incluindo a defesa da Caixa e apresenta um plano de ação e datas na campanha de uma empresa pública estatal:

Em defesa da Caixa pública e 100% estatal;

Fora Occhi;

Pela anulação da reforma trabalhista e contra a reforma previdenciária.

Plano de ação:

- Encaminhar requerimento para que a FENAE divulgue uma matéria paga, nos principais jornais de circulação da grande imprensa, em defesa da Caixa;

- Matéria paga em jornal da grande imprensa com vinculação Estadual, pela APCEF/SP, em defesa da Caixa e convocando/esclarecendo a paralisação do dia 10 de novembro de 2017;

- Nota aos sindicatos para que convoquem assembleias para preparar a paralisação do dia 10 de novembro de 2017;

- Carta aberta à população, inclusive para ser distribuída aos clientes no dia da paralisação.

Calendário:

01/11/2017 – Dia Nacional de luta em defesa dos bancos públicos;

04/11/2017 – Encontro Estadual aberto dos empregados da Caixa;

06/11 a 09/11/2017 – Assembleias para deliberação sobre a paralisação, com atraso de abertura das Agências;

07/11/2017 – Audiência pública na Assembleia Legislativa de São Paulo;

10/11/2017 – Dia Nacional de paralisação;

27/11/2017 – Dia Nacional de Luta em defesa do serviço público.”

Não ocorrendo outros questionamentos em relação ao item **cotidiano caixa**, finalizamos o debate.

Ausências devidamente justificadas:

Ivan Furtado

José Aparecido Fernandes

Luiza Hansen Arruda dos Santos

Marcus Vinicius Ramalho

Margareth Aparecida Marçal Ferreira

Moacir Vendrame Bassan

Ricardo Bernardes de Oliveira

Valtair Aparecido Rosaboni

Wilson Aparecido Ribeiro

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião e concluída a redação da presente Ata, que segue assinada por:

Jair Marciéri Pimpinato

Secretário

Sérgio Hideo Kaneko

Presidente em Exercício